Estratégia Concursos

Aula 00

Passo Estratégico de Direito Processual Penal p/ PG-DF (Analista - Direito e Legislação)-Pós-Edital

Autor:
Alexandre Segreto dos Anjos

10 de Janeiro de 2020

Aplicação da Lei processual penal, no tempo no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.

Apresentação 2
O que é o Passo Estratégico? 3
Análise Estatística 4
O que é mais cobrado dentro do assunto? 4
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque 5
Aposta estratégica 12
AMPLA DEFESA e PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA OU ESTADO DE INOCÊNCIA 13
Questões estratégicas 13
Questionário de revisão e aperfeiçoamento 20
Perguntas 21
Perguntas com respostas 22
Lista de Questões Estratégicas 28
Gabarito 31

APRESENTAÇÃO

Bom dia, boa tarde, boa noite ou boa madrugada!

Me chamo Murillo Leal e, com imensa satisfação, irei auxiliar seus estudos em Processo Penal do Passo Estratégico!

Para que possamos nos tornar mais próximos e me conhecer melhor, segue um resumo da minha experiência profissional, acadêmica e como concurseiro:

Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal desde 2012, tendo sido o 1º colocado no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

Oficial de Plantão da Corregedoria da PMDF desde 2017.

Professor de Direito Penal e Processo Penal do Curso de Formação de Praças da PMDF (2014 - 2015).

Professor de Direito Processual Penal do Curso Amigos do Concurso desde 2018.

Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais.

Analista de Direito Processual Penal do Curso Passo Estratégico.

Bacharel em Direito (UDF - 2008)

Aprovado na OAB-DF

Bacharel em Ciências Policiais (ISCP)

Pós-graduado em Direito Público.

Este trabalho também é produzido pela Profª Daniela Melo. Segue, igualmente, um resumo da vida profissional da professora.

Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal desde 2012, tendo sido o 4º colocado no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

Professora de Direito Penal, Processual Penal, Penal Militar e Processual Penal Militar do Curso de Formação de Praças da PMDF (2014 e 2015).

Bacharel em Direito (UNICEUB - 2011).

Aprovada na OAB-DF

Bacharel em Ciências Policiais (ISCP)

Pós-graduado em Direito Público e Privado

Aprovada e nomeada no Concurso de Agente da CEB

Nosso objetivo é fazer com que você entenda que passar em concurso público é uma questão de adotar a melhor estratégia de estudo e isso, inevitavelmente, passa por uma boa revisão.

Candidatos que estudam sem um direcionamento, abordando todos os pontos do edital de igual forma, acabam levando muito mais tempo para conseguirem a tão sonhada aprovação, pois tendem a estudar muito aquilo que a banca cobra pouco. Portanto, o ideal é que você estude mais os assuntos mais cobrados pela banca.

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

a) orientar revisões eficientes;

b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:

@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base na banca **CEBRASPE/CESPE**, em ordem decrescente – ou seja, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos similares
Prisão e liberdade provisória (parte I). Prisão em flagrante (espécies, hipóteses, etc.). Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei 7.960/89). Prisão e liberdade provisória (parte II). Medidas cautelares diversas da prisão. Fiança.	29,96%
Provas	26,16%
Inquérito Policial.	23,88%
Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.	20,00%

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

Para saber com qual incidência da CEBRASPE/CESPE cobra cada assunto do conteúdo programático, relativo à matéria de Processo Penal, foram analisadas questões de nível superior. Com a análise obtivemos o seguinte resultado:

Introdução ao estudo do Processo Penal	
Princípios do Direito Processual Penal. Disposições constitucionais.	68,75%
Aplicação da Lei processual penal.	25%
Fontes do Direito Processual Penal.	0%

Sistemas processuais penais.	6,25%

Considerando as avaliações foi observado que o tema princípios do direito processual penal e aplicação da lei processual penal constituem os assuntos mais importantes a serem estudos.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Você perceberá que o estudo completo abrange o conhecimento de legislação, jurisprudência e doutrina. Primeiramente, foque em compreender e memorizar a literalidade dos dispositivos e doutrina. Somente depois disso passe a compreender e memorizar a jurisprudência, na seguinte ordem: 1) súmulas vinculantes; 2) súmulas; 3) demais precedentes.

Princípios do direito processual penal

1 Princípios processuais penais:

1.1 Do devido processo legal: em sua acepção formal e material, e os postulados do contraditório e da ampla defesa como seus corolários. (art. 5°, LIV, CF/88)

1.2 Do contraditório ou bilateralidade da audiência: observar as limitações que podem ocorrer ao princípio do contraditório.

- Princípio da isonomia processual ou paridade de armas (alguns doutrinadores entendem que seja sinônimo do princípio do contraditório, porém, a julgar por questões anteriores, esse não é o entendimento do CESPE/CEBRASPE).
- Existem possibilidades de mitigação deste princípio (ex: prazo em dobro para a Defensoria Pública recorrer)
- Tal princípio decorre do princípio da isonomia previsto no Art. 5°, Caput, da CF/88.

1.3 Da ampla defesa: (art. 5, LV, CF/88)

- A obrigação do Estado a prestar assistência jurídica gratuita como direito decorrente da ampla defesa.
- Defesa técnica e Autodefesa: possibilidade de renúncia.
- Ampla defesa e o contraditório em relação ao inquérito policial.

1.4 Da iniciativa das partes, da ação ou demanda

1.5 Da verdade real

1.6 Da oficialidade

1.7 Da oficiosidade

1.8 Da obrigatoriedade

1.9 Da publicidade: hipóteses que admitem sua mitigação. (art. 93, IX, CF/88)

- Impossibilidade de restrição da publicidade dos atos judiciais aos procuradores das partes e membros do MP.
- Não aplicação do princípio da publicidade ao inquérito policial.

1.10 Da indisponibilidade

1.11 Do impulso oficial

1.12 Da motivação ou fundamentação das decisões: (art. 93, IX, CF/88)

- O STF entende que a decisão de recebimento da denúncia, não precisa de fundamentação complexa.
- As decisões do Tribunal do Júri são conduzidas pela intima convicção dos jurados, portanto, não são fundamentadas.

1.13 Do duplo grau de jurisdição

1.14 Do juiz natural: como proibição da formação de juízes e tribunais de exceção. (art. 5°, LIII, CF/88)

- A criação de varas especializadas não desrespeita o princípio do Juiz Natural.

1.15 Do promotor natural ou do promotor legal

1.16 Do defensor natural

1.17 Do *in dúbio pro reo* ou *favor rei.* *(contraponto ao princípio in dúbio pro societate)*

1.18 Da economia processual

1.19 Da oralidade

1.20 Da autoritariedade

1.21 Da proporcionalidade

1.22 Da duração razoável do processo

1.23 Da inexigibilidade de autoincriminação

1.24 Da cooperação processual

1.25 Da presunção de inocência ou estado de inocência: o ônus do acusador. (art. 5°, LVII, CF/88)

1.26 Da vedação a provas ilícitas e sua relação com a teoria dos frutos da árvore envenenada. (art. 5°, LVI, CF/88)

- A possibilidade e as hipóteses de admissão de prova ilícita.

2 Garantias constitucionais do preso (art. 5°, incisos LXI, LXII, LXIII, LXIV, LXV, LXVI e LXVIII)

3 Inimputabilidade dos menores de 18 anos (art. 228, da CF/88)

4 Reconhecimento pela CF/88 da instituição do Tribunal do júri. (Art. 5°, XXXVIII)

5 Sigilo de correspondências e comunicações. (art. 5°, XII)

6 Disposições constitucionais relativas a execução penal. (art. 5°, XLVIII, XLIX e L)

7 Possibilidade de ajuizamento de ação penal privada pelo indivíduo no caso de inércia do MP. (art. 5°, LIX)

8 Obrigação do Estado de indenizar o condenado por erro judiciário. (art. 5° LXXV)

9 O direito a não autoincriminação não impede que o indivíduo, por vontade espontânea, produza prova contra si. E segundo grande parte jurisprudência a não advertência sobre esse direito não gera nulidade do ato processual (ou pré-processual, como no caso de exame de bafômetro)

10 Uma das facetas do princípio da Presunção de Inocência é possibilitar a inversão do ônus da prova. Parece estranha a aplicação da inversão do ônus da prova no processo penal, porém, deve-se entender que esta inversão se dará no momento de valoração da prova, quando houver dúvidas sobre a existência de responsabilidade do réu pelo fato imputado a ele.

11 A falta de defesa técnica é uma nulidade absoluta, porém, a mera deficiência da defesa só anulará o processo se for provado o prejuízo para o réu. Este é o entendimento sumulado pelo STF:

Súmula 523 - No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

12 Desse entendimento sumulado podemos entender que o réu não pode renunciar a ter uma defesa técnica no processo, por outro lado em relação à autodefesa, esta pode ser renunciada pelo réu ou acusado. Exemplo disso é o acusado se manter em silêncio no interrogatório (o interrogatório é um direito do acusado). Lembrando que o direito a silêncio do réu no interrogatório diz respeito ao interrogatório de mérito, o réu não pode se silenciar quando perguntado sobre os dados de sua qualificação civil.

13 Recentemente o STF voltou seu entendimento antigo segundo o qual o cumprimento de pena só pode ser iniciado a partir do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, dando uma interpretação literal ao art. 5º LVII da CF/88.

14 O princípio da presunção de inocência não impede as chamadas prisões processuais (temporária ou preventiva), pois, não têm natureza de cumprimento de pena e sim de prisões para garantir o bom andamento do processo ou das investigações.

15 A fundamentação referida de decisões é considerada constitucional.

16 Na decisão de recebimento da denúncia e na decisão de pronúncia do Tribunal do Júri, não vigora o princípio do favor rei ou in dúbio pro reo, mesmo que o juiz tenha dúvida, deverá decidir contrariamente ao réu, e a favor da sociedade recebendo a denúncia ou pronunciando. (*in dubio pro societate*)

17 O princípio da Paridade de Armas é mitigado na Ação Penal Pública pelo princípio da oficialidade. O que seria isso?

O princípio da oficialidade diz que a persecução penal deve ser feita através de órgãos públicos quais sejam, autoridade policial, durante o inquérito, e MP durante o processo. Dito isto devemos entender que o MP mesmo como órgão acusador deve ser imparcial, pois, também acumula a função de fiscal da lei, então na ação penal pública, temos de um lado o MP com todo seu aparelhado estatal e do outro lado o acusado, por isso entende-se que a paridade de armas é mitigada.

18 É admitida pela doutrina a utilização de provas ilícitas quando este for o único meio de se obter a absolvição do réu.

19 Segundo o STJ a gravação telefônica realizada por um dos interlocutores sem o consentimento do outro é lícita e pode ser validamente utilizada como elemento de prova (STJ, HC nº 7216-SP, Rel.: Min. Edson Vidigal, j. 28.4.1998). Já o STF entende que a gravação é licita se houver investida criminosa daquele que é gravado. (STF; HC n.º 75338-RJ; Rel.: Min. Nelson Jobim; DJ de 25.9.1998)

20 O STJ entende que a devassa a mensagens (WhatsApp) no celular do indivíduo preso em flagrante só constitui prova lícita se precedida de autorização judicial (STJ, RHC 75.800-PR). Já o STF entende ser licita mesmo que sem autorização judicial tal devassa.

21 A doutrina e a jurisprudência entendem que no conflito entre o Tribunal do júri e competência por prerrogativa de função prevista na CF/88, prevalecerá a última.

Aplicação da lei processual penal

1) Lei processual no tempo: a lei processual penal, em regra, aplica-se imediatamente aos processos.

1.1. O princípio do *Tempus Regit Actum*, ou da Imediatidade ou efeito imediato que rege a lei processual penal brasileira no que diz respeito a sua aplicação no tempo (Artigo 2° do CPP), sua relação com normas processuais penais que contém norma de direito material em seu conteúdo (Heterotópicas) e em relação a normas que são de direito processual e material ao mesmo tempo (hibridas).

2) Lei processual no espaço: a lei processual penal, em regra, aplica-se aos processos em trâmite no território nacional pelo princípio da territorialidade absoluta ou *locus regit actum*.

2.1. Princípio da TERRITORIALIDADE (temperada) que rege a lei processual penal no espaço no ordenamento jurídico pátrio e suas exceções (Art. 1° do CPP incisos I a V), e a subsidiariedade da aplicação do CPP nestas exceções.

2.2. A lei processual penal brasileira será sempre aplicada apenas no território nacional, ou seja, se houver diligências a serem realizadas no exterior por meio de carta rogatória, por exemplo, tais atos serão realizados de acordo com a legislação processual penal daquele país.

3) Possibilidade de interpretação extensiva da lei processual penal.

4) Meios de integração da lei processual penal:

- Analogia;
- Princípios gerais do direito.

5) A lei puramente processual penal não retroage nunca, ainda que para beneficiar o réu.

6) Os diplomatas apesar de estarem no território nacional brasileiro não serão processados no Brasil, ainda que cometam crimes no território nacional, pois eles gozam de imunidade de jurisdição. Contudo, isso não os isenta de serem julgados pelo respectivo país de sua nacionalidade. Trata-se de exceção ao princípio da territorialidade previsto no Art. 1° do CPP:

Art. 1º O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;

(Apenas a título de curiosidade, o tratado que prevê esta imunidade é a Convenção de Viena sobre relações Diplomáticas)

7) A recorribilidade de uma sentença penal regula-se pela lei vigente no momento da sentença da qual se pretende recorrer, ou seja, se no momento da decisão o recurso existe a parte poderá recorrer, mesmo que o recurso venha ser revogado logo após a decisão, e se um recurso inexistente no momento da decisão vem a ser instituído após ela, a parte não poderá lançar mão dele. Este é o entendimento do STF no RE 752988 SP, vejamos:

(...) Ora, nos termos do art. 2º do CPP, a lei processual aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Desse modo, se lei nova vier a prever recurso antes inexistente após o julgamento, a decisão permanece irrecorrível, mesmo que ainda não tenha decorrido o prazo para a interposição do novo recurso; se lei nova vier a suprimir ou abolir recurso existente antes da prolação da sentença, não há de se falar em direito ao exercício do recurso revogado. Se a modificação ou alteração legislativa vier a ocorrer na data da decisão, a recorribilidade subsiste pela lei anterior (...)

(STF - RE: 752988 SP, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 07/11/2013, Data de Publicação: DJe-223 DIVULG 11/11/2013 PUBLIC 12/11/2013)

8) As leis processuais penais Heterotópicas são aquelas que, apesar de inseridas em diplomas processuais penais, possuem um conteúdo eminentemente material. É o que ocorre, por exemplo, com o direito ao silêncio assegurado ao réu em seu interrogatório. Esta garantia, a despeito de sua previsão no Código de Processo Penal (art. 186), possui caráter nitidamente assecuratório de direitos, o que evidencia sua natureza material. Nesse caso, cinde-se o conteúdo de direito material se benéficas ao réu para retroagir; nas leis processuais penais hibridas (conteúdo de direito material e processual) todo conteúdo da lei pode retroagir se benéfico ao réu.

Fontes do Direito Processual Penal

1) **Conceito:** as fontes constituem a origem do direito processual penal.
2) **Classificação das fontes:**
   2.1. Formais:
   2.2. Materiais: que se subdivide em imediata ou direta; e em mediatas, indiretas ou supletivas.
3) **Analogia:** art. 3º e 4º, LINDB.
   3.1.Legis: em havendo lacuna, aplica-se a norma legal semelhante.
   3.2.Iuris: no caso de lacuna, aplica-se os princípios jurídicos.
   3.3.Aplicação subsidiária do CPC/2015: quando o CPP apresentar lacuna, não dispondo do tema.
4) **Interpretação da lei processual:**
   4.1.Quanto à origem ou ao sujeito que interpreta:
      4.1.1. Autêntica ou legislativa: o legislador é o responsável por interpretar;
      4.1.2. Doutrinária ou científica: doutrinadores e estudiosos do direito a promovem.
      4.1.3. Judicial ou jurisprudencial: promovida por juízes e tribunais.
   4.2.Quanto ao modo ou aos meios empregados
      4.2.1. Literal, gramatical ou sintática: sentido literal do texto da lei.
      4.2.2. Teleológica: finalidade da norma.
      4.2.3. Lógica: decorre logicamente da norma.
      4.2.4. Histórica: contexto de elaboração.
      4.2.5. Sistemática: norma como um todo
   4.3.Quanto ao resultado:
      4.3.1. Declarativa: vislumbra-se correspondência entre o texto legal e o que deseja-se externar.
      4.3.2. Restritiva: a norma por ser ampla demais, requer interpretação restritiva para delimitar o seu alcance.
      4.3.3. Extensiva: a norma restrita demais, requer interpretação para amplicar o seu alcance.
      4.3.4. Progressiva, adaptativa ou evolutiva: a realidade exige atualização da norma.

Sistemas Processuais

1. **Sistemas processuais:**
   1.1.Sistema inquisitivo: o juiz concentra as funções de acusar, defender e julgar por meio de procedimento escrito e sigiloso; inexiste contraditório e ampla defesa.
   1.2.Sistema acusatório (sistema adotado no Brasil, com mitigações): separação entre as funções de acusar, defender e julgar; o processo penal orienta-se pelo contraditório, ampla defesa e publicidade, imparcialidade do julgador; o sistema de apreciação de provas refere-se a "livre" convencimento motivado, pois requer fundamentação da decisão (Art. 93, IX, CF). O CPC/2015 suprimiu da redação a palavra "livre" ao referir-se ao princípio do convencimento motivado (art. 489, § 1º, CPC/2015).

1.3. **Sistema misto ou acusatório formal:** o juiz detém poderes inquisitivos e conduz a investigação preliminar, secreta e escrita, em que admite-se o contraditório e ampla defesa.

Nesta seção do nosso relatório serão transcritas algumas súmulas que se mostram importantes e pertinentes ao assunto abordado.

SÚMULAS DO STF

Súmula vinculante 11- Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Súmula vinculante 14- É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Súmula Vinculante 45 - A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

Súmula 523, STF - No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

Súmula 611, STF – Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.

Súmula 697, STF – A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.

Súmula 708, STF – É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

Súmula 716, STF – Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Súmula 717, STF - Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.

Súmula 704 - Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

SÚMULAS STJ
Súmula 21, STJ - Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

Súmula 52, STJ – Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Súmula 64, STJ - Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.

Súmula 444, STJ - É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

Súmula 501, STJ - É cabível a aplicação retroativa da Lei 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

Súmula 522, STJ - A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.

Súmula 533, STJ - Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais[1].

[1] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

Dentro dos assuntos tratados nesse relatório, acredito que dois tópicos têm grandes chances de cair na sua prova:

- Súmula vinculante 14- É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- Súmula 523, STF - No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

AMPLA DEFESA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA OU ESTADO DE INOCÊNCIA

Nesse tópico o candidato deve ter conhecimento do que preconiza o art. 5º, inciso LV, da CF:

LV — aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Com efeito, o acesso ao conjunto probatório documentado no inquérito policial constitui direito do defensor, que constituem expressão do princípio da ampla defesa e da presunção de inocência ou estado de inocência.

O Estatuto da OAB positivou o entendimento consolidado na mencionada súmula, em seu art. 7º, incisos XIV e XXI. Os referidos incisos têm redação dada pela Lei nº 13.245/16:

> *"XIV - examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;*
>
> *XXI - assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:"*

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

> A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Para os assuntos tratados nesse Relatório, apresentamos as seguintes questões estratégicas:

Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Devido Processo Legal

CESPE - 2018 - TJ-CE - Juiz Substituto

Acerca dos princípios penais constitucionais e dos direitos fundamentais do cidadão à luz da CF, julgue os itens a seguir.

I São princípios processuais penais expressos na CF a presunção de não culpabilidade, o devido processo legal e o direito do suspeito ou indiciado ao silêncio.

II O direito processual penal compreende o conjunto de normas jurídicas destinadas a regular o modo, os meios e os órgãos do Estado encarregados do exercício do jus puniendi.

III A CF determina que o Brasil se submeta à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, porém veda absolutamente a entrega de brasileiro naturalizado a jurisdição estrangeira.

IV De acordo com o princípio da irretroatividade da lei processual penal, a regra nova não pode retroagir, mesmo quando eventualmente beneficiar o réu.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

Comentários:
Letra "A".

O item I está correto. O princípio da presunção de não culpabilidade está previsto no art. 5º, LVII, CF; o princípio do devido processo legal está previsto no art. 5º, LIV, da CF; e o princípio do direito ao silêncio está previsto no art. 5º, inciso LXIII, da CF.

> LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
>
> LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
>
> LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

O item II está correto. Conceitua o direito processual penal.

O item III está incorreto. Pode haver entrega de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, consoante art. 5º, LI, da CF.

> LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

O item IV está incorreto. A lei processual penal mista ou híbrida pode retroagir quando apresentar conteúdo de direito material e processual (art. 2º, CPP).

Princípios do Direito Processual Penal. Provas. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos

CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2

Com relação à licitude de provas e a aspectos relativos a prisão, liberdade provisória e fiança, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo reunir provas para obter vantagens de uma colaboração premiada, Cláudio, partícipe, junto com Flávio, de organização criminosa, gravou conversas entre ambos, sem que este tivesse conhecimento das gravações.

Assertiva: Nessa situação, as gravações não poderão ser usadas como prova em ação penal, porque são provas ilícitas.

Comentários:
ERRADO.

Cláudio e Flávio são interlocutores da conversa e por isso as gravações constituem meio de prova, por isso admissíveis no processo, segundo entendimento do STF (Informativo 568 de 2009). Não há que se questionar eventual violação ao art. 5º, inciso XII, da CF, verbis:

> XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

Princípios do Direito Processual Penal. Fontes do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2

Acerca dos princípios gerais, das fontes e da interpretação da lei processual penal, bem como dos sistemas de processo penal, julgue o item que se segue.

O Código de Processo Penal, a jurisprudência e os princípios gerais do direito são considerados fontes formais diretas do direito processual penal.

Comentários:
ERRADO.

As Leis, os tratados, as convenções e as regras de direito internacional constituem fontes formais diretas, imediatas ou primárias enquanto a jurisprudência, os costumes, a analogia, os princípios gerais do direito constituem fontes formais mediatas, indiretas, secundárias ou supletivas. Apenas o CPP é considerado fonte formal direta do direito processual penal, o que torna a assertiva incorreta.

Princípios do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2

Acerca dos princípios gerais, das fontes e da interpretação da lei processual penal, bem como dos sistemas de processo penal, julgue o item que se segue.

A publicidade, a imparcialidade, o contraditório e a ampla defesa são características marcantes do sistema processual acusatório.

Comentários:

CORRETA,

No sistema acusatório, as funções de acusar, defender e julgar estão separadas de forma evidente e clara. É o sistema adotado no Brasil, com algumas mitigações. Todavia, a publicidade, imparcialidade, contraditório e ampla defesa regem o processo.

Princípios do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.
A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.

Comentários

ERRADO.

A lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou do interesse social o exigirem, nos termos do art. 5º, LX, da CF

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Princípios do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.

A despeito do princípio constitucional da vedação às provas ilícitas, o juiz poderá considerar uma prova ilícita em qualquer situação, desde que se convença de sua importância para a condenação do réu.

Comentários:

ERRADO.

A prova ilícita poderá ser considerada apenas para beneficiar o réu em que prevalece o direito fundamental à liberdade, não em qualquer situação, tendo em vista a vedação da prova ilícita para condenação do réu.

Princípios do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.

A garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos atende aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comentário:

CORRETA,

A assertiva expressa o inciso LV do art. 5º da CF, confira-se o teor:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Princípios do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.

Ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, em respeito ao princípio constitucional do juiz natural.

Comentários:

CORRETA,

A assertiva expressa princípio do juiz natural, com duplo conteúdo, expresso nos incisos XXXVII e LIII do art. 5º da CF, in verbis:

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

Princípios do Direito Processual Penal.

CESPE - 2018 - PC-MA - Escrivão de Polícia Civil

A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da

a) inexigibilidade de autoincriminação.
b) verdade real.
c) indisponibilidade.
d) oralidade.
e) cooperação processual.

Comentários:

Letra "A".

O direito ao silêncio consubstancia o princípio da inexigibilidade de autoincriminação ou nemo tenetur se detegere, tendo em vista que o acusado não é obrigado a produzir provas contra si mesmo.

Aplicação da Lei Penal Processual Penal. Lei Processual Penal no Espaço

CESPE - 2018 - STJ - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal

Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue o item subsequente.

O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas inclusas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

Comentários:

ERRADA.

O Presidente da República detém prerrogativas constitucionais, que não são regidas pelo CPP, que tem status de norma infraconstitucional, constituindo exceção consoante art. 1º, inciso II, do CPP:

Art. 1º O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;

II - as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade (Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100);

III - os processos da competência da Justiça Militar;

IV - os processos da competência do tribunal especial (Constituição, art. 122, no 17);

V - os processos por crimes de imprensa. (Vide ADPF nº 130)

Parágrafo único. Aplicar-se-á, entretanto, este Código aos processos referidos nos nos. IV e V, quando as leis especiais que os regulam não dispuserem de modo diverso.

Aplicação da Lei Penal Processual Penal. Lei Processual Penal no Espaço

(CESPE - 2018 - STJ - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue o item subsequente.

Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata somente aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência.

Comentários:
ERRADA.
A lei processual penal observa o princípio do tempus regit actum e por isso têm aplicação imediata, inclusive, aos processos em curso, ainda que os fatos tenham sido praticados anteriormente à vigência da norma processual penal.

> Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Aplicação da Lei Penal Processual Penal. Lei Processual Penal no Tempo. Lei Processual Penal no Espaço

CESPE - 2018 - PC-MA - Investigador de Polícia

Acerca da aplicação da lei processual no tempo e no espaço e em relação às pessoas, julgue os itens a seguir.

I O Brasil adota, no tocante à aplicação da lei processual penal no tempo, o sistema da unidade processual.

II Em caso de normas processuais materiais — mistas ou híbridas —, aplica-se a retroatividade da lei mais benéfica.

III Para o regular processamento judicial de governador de estado ou do Distrito Federal, é necessária a autorização da respectiva casa legislativa — assembleia legislativa ou câmara distrital.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários:
Letra "B".

1. O item I está incorreto. No tocante à aplicação da lei processual no tempo, o Brasil adota o sistema de isolamento dos atos processuais, posto que a lei nova será aplicada imediatamente, inclusive aos processos em curso, sem causar prejuízo dos atos então praticados sob a vigência da lei processual penal anterior (art. 2º, CPP).
2. O item II está correto. Em regra, a lei processual penal não retroage, salvo quando for considerada mista ou híbrida, em que se admite a retroatividade.
3. O item III está incorreto. Não há necessidade de autorização da casa legislativa para o recebimento da denúncia e regular processamento judicial do governador de estado por crime comum, vejamos o entendimento do STF.

Não há necessidade de prévia autorização da assembleia legislativa para o recebimento de denúncia ou queixa e instauração de ação penal contra governador de Estado, por crime comum, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), no ato de recebimento ou no curso do processo, dispor, fundamentadamente, sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive afastamento do cargo. ADI 5540/MG, rel. Min. Edson Fachin, julgamento em 3.5.2017. (ADI-5540).

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

PERGUNTAS

Princípios do direito processual penal

1. **No curso de determinada ação penal o magistrado responsável pelo processo, após requerimento do MP, decretou a prisão preventiva do réu sem ouvi-lo em relação a tal requerimento. O Advogado do réu questionou tal decisão, sob o fundamento que violaria o contraditório. Diante de tais informações responda justificadamente: Houve violação ao contraditório? O réu ter sido preso antes a sentença condenatória viola o princípio do estado de inocência?**
2. **Após a sentença condenatória em determinada ação penal, foi constatado que o réu não havia sido defendido por advogado ou defensor público (defesa técnica), mas isso aconteceu porque ele renunciou a tal direito. Diante das informações responda justificadamente: O fato de o réu não ter sido defendido por advogado ou defensor, inválida o processo? Se no mesmo caso, o réu tivesse sido defendido por advogado ou defensor, mas este não tivesse prestado a defesa correta ao réu, o processo deveria ser invalidado?**
3. **Caio após sair de uma boate, onde ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica, pegou seu carro e foi dirigindo para sua residência, porém, no caminho foi parado em uma blitz da polícia militar, momento em que um dos policiais militares pediu para que Caio fizesse o teste do bafômetro. Caio aceitou prontamente, sendo constatado que ele havia ingerido bebida alcoólica. Diante destas informações responda: Caio era obrigado a realizar tal teste? O policial militar deveria fazer alguma advertência a Caio em relação à possibilidade de não realizar o teste?**
4. **O que significa a Teoria dos Frutos da Árvore envenenada? Existe tal previsão na Constituição Federal?**
5. **O princípio da não autoincriminação impossibilita o indivíduo de realizar a confissão de um crime?**
6. **Todos os atos do processo devem ser públicos? O princípio da Publicidade comporta exceções? Dê exemplos.**
7. **A criação de varas especializadas viola o princípio do juiz natural? Justifique.**
8. **Cite alguns direitos que decorrem da presunção de inocência.**
9. **Quais são as garantias constitucionais do preso?**
10. **Se um Deputado Federal cometer crime de homicídio o Tribunal do Júri terá competência para julgá-lo?**

Aplicação da lei processual penal

1. **Tício praticou furto sendo preso em flagrante no dia 14/12/2015, foi instaurado inquérito e oferecida denuncia pelo membro do MP. No dia 02/05/2015, estando o processo referente ao crime de Ticio na fase de instrução e julgamento, foi publicada uma lei processual penal em seu desfavor. Diante desta situação responda justificadamente: Tal lei se aplica ao processo em curso? Se fosse publicada uma lei processual penal favorável ao réu ela poderia retroagir para desconstituir os atos passados do processo?**
2. **Lionel, diplomata argentino lotado no Brasil, assassinou um cidadão na cidade do Rio de Janeiro, após uma discussão no trânsito. Diante de tais fatos, responda justificadamente: Lionel será processado no Brasil e de acordo com as leis processuais penais brasileiras? Qual princípio rege a lei processual penal brasileira em relação ao espaço?**
3. **No curso de determinado processo penal foi constatado que uma testemunha, considerada fundamental, arrolada pela defesa, estava residindo atualmente no Japão. Diante disso foi expedida carta rogatória para o referido país para que a testemunha fosse inquirida. De acordo com as informações responda justificadamente: A testemunha será inquirida de acordo com a legislação processual penal de qual país?**
4. **Caio, brasileiro residente em nova York, praticou tentativa de homicídio contra o Presidente do Brasil quando ele participava de um evento na referida cidade. Tempos depois, Caio vem ao Brasil e é aqui é processado, porém, no momento do processo surge uma dúvida de qual legislação processual deveria ser aplicada, pelo fato de o crime ter sido cometido nos EUA. Diante de tais fatos responda: A legislação de qual país deve ser aplicada? No caso de ser necessário cumprir algum ato nos EUA com a inquirição de uma testemunha, qual legislação será seguida?**

PERGUNTAS COM RESPOSTAS

Princípios do direito processual penal

1. **No curso de determinada ação penal o magistrado responsável pelo processo, após requerimento do MP, decretou a prisão preventiva do réu sem ouvi-lo em relação a tal requerimento. O Advogado do réu questionou tal decisão, sob o fundamento que violaria o contraditório. Diante de tais informações responda justificadamente: Houve violação ao contraditório? O réu ter sido preso antes a sentença condenatória viola o princípio do estado de inocência?**

Não houve violação ao princípio do contraditório, pois, tal princípio não é absoluto, e é possível, como no caso da questão, que ele seja mitigado em situações que o juiz não pode dar ciência ao acusado ou esperar sua manifestação, porque isso poderia frustrar o resultado da decisão. Imaginemos no caso da questão, se o réu tivesse ciência do requerimento do MP, ele poderia fugir, frustrando o objetivo da decisão judicial. (tais decisões também são conhecidas como inaudita altera pars)

O réu ter sido preso, antes do trânsito em julgado do processo, não fere o princípio da presunção de inocência, pois, a prisão preventiva é uma prisão processual e visa garantir o bom andamento do processo, não sendo espécie de cumprimento de pena.

2. **Após a sentença condenatória em determinada ação penal, foi constatado que o réu não havia sido defendido por advogado ou defensor público (defesa técnica), mas isso aconteceu porque houve a renúncia de tal direito. Diante das informações responda justificadamente: O fato de o réu não ter sido defendido por advogado ou defensor, inválida o processo? Se no mesmo caso, o réu tivesse sido defendido por advogado ou defensor, mas este não tivesse prestado a defesa correta ao réu, o processo deveria ser invalidado?**

O fato de o réu não ter sido defendido por meio de uma defesa técnica (advogado ou defensor público) invalida o processo, mesmo que ele tenha renunciado a este direito, pois, a defesa técnica é irrenunciável.

Já no caso de ineficiência da defesa técnica, não invalida o processo por si só. Neste caso deverá ser demonstrado o prejuízo do réu, para que a deficiência seja considerada uma nulidade absoluta. Tudo isso é corroborado pelo entendimento do STF em sua súmula 523:

Súmula 523 - No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

3. **Caio após sair de uma boate, onde ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica, pegou seu carro e foi dirigindo para sua residência, porém, no caminho foi para em uma blitz da polícia militar, momento em que um dos policiais militares pediu para que Caio fizesse o teste do bafômetro. Caio aceitou prontamente, sendo constatado que ele havia ingerido bebida alcoólica. Diante destas informações responda: Caio era obrigado a realizar tal teste? O policial militar deveria fazer alguma advertência a Caio em relação à possibilidade de não realizar o teste?**

Caio não era obrigado a realizar o teste, pelo princípio da não autoincriminação, porém, isso não impede que ele faça o teste de acordo com sua vontade.

Segundo a Jurisprudência dominante, o fato de o policial militar não ter advertido Caio sobre seu direito de não realizar o teste do bafômetro não torna ilícita a prova obtida por ele. Portanto, o policial militar não tinha o dever de advertir o indivíduo sobre isso.

4. **O que significa a Teoria dos Frutos da Árvore envenenada? Existe previsão na Constituição Federal?**

A teoria dos frutos da árvore envenenada significa que toda prova produzida em consequência de uma descoberta obtida por meios ilícitos estará contaminada pela ilicitude desta (a título de curiosidade, tal teoria tem origem no direito americano).

Esta teoria não está prevista expressamente na CF/88, que apenas prevê em seu Art. 5° LVI, a vedação de provas ilícitas no processo, porém, o STJ em diversos julgados afirma que tal teoria está consagrada na CF/88.

5. **O princípio da não autoincriminação impossibilita o indivíduo de realizar a confissão de um crime?**

Não, o princípio da Não Autoincriminação não impede que o réu pratique a confissão.

O princípio da Não Autoincriminação veda que seja imposto ao indivíduo que ele faça algum ato que produza prova conta ele mesmo, porém, se o indivíduo pratica o ato por sua própria vontade não podemos falar em violação deste princípio.

6. **Todos os atos do processo devem ser públicos? O princípio da Publicidade comporta exceções? Dê exemplos.**

Para responder esta questão vamos dar uma olhada no Art. 93, IX, da CF/88:

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Como podemos ver a resposta se encontra no próprio texto constitucional. A publicidade dos atos pode ser restringida em alguns casos às partes e seus procuradores, ou somente a seus procuradores. Porém entenda que mesmo que a publicidade de alguns atos possa negada até as partes, ela nunca poderá ser negada aos procuradores das partes.

7. **A criação de varas especializadas viola o princípio do juiz natural? Justifique.**

O princípio do juiz natural veda a instituição de tribunais de exceção, porém, o próprio texto da CF/88 prevê a criação de varas especializadas, e estas não violam tal princípio.

8. **Cite alguns direitos que decorrem da presunção de inocência.**

Decorrem da ampla defesa a obrigação do estado de prestar assistência judiciária gratuita para aqueles que não tiverem condições; e a impossibilidade de o réu ou acusado ser julgado sem advogado.

9. Quais são as garantias constitucionais do preso?

As garantias constitucionais do preso estão previstas no art. 5°, incisos LXI, LXII, LXIII, LXIV, LXV, LXVI e LXVIII):

Art. 5°.(...)

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

10. Se um Deputado Federal cometer crime de homicídio o Tribunal do Júri terá competência para julgá-lo?

Os Deputados Federais têm foro por prerrogativa de função previsto na CF/88, e são julgados nos crimes comuns pelo STF:

Art. 102. (...)

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

A doutrina e a jurisprudência entendem que no conflito de competência entre o tribunal do júri e foro por prerrogativa de função previsto na CF/88, prevalecerá o foro previsto na CF/88. Portanto no caso da questão a competência para o julgamento do crime será do STF e não do Tribunal do Júri.

Aplicação da lei processual penal

1. **Tício praticou furto sendo preso em flagrante no dia 14/12/2015, foi instaurado inquérito e oferecida denuncia pelo membro do MP. No dia 02/05/2015, estando o processo referente ao crime de Ticio na fase de instrução e julgamento, foi publicada uma lei processual penal desfavorável ao mesmo. Diante desta situação responda justificadamente: Tal lei se aplica ao processo em curso? Se fosse publicada uma lei processual penal favorável ao réu a mesma poderia retroagir para desconstituir os atos passados do processo?**

A lei se aplicará ao processo em curso, pois a lei processual penal é regida em regra pelo princípio do tempus regit actum, nos dizeres do Art. 2° do CPP.

Em relação ao segundo questionamento a lei não poderia retroagir para beneficiar o réu, pois, a lei puramente processual penal tem efeito imediato sem que se desconstituam os atos realizados quando vigente lei anterior, segundo o mesmo Art. 2° do CPP. Apenas leis processuais penais mistas (com conteúdo de direito material) podem retroagir para beneficiar o réu.

2. **Lionel, diplomata argentino lotado no Brasil, assassinou um cidadão na cidade do Rio de Janeiro, após uma discussão no trânsito. Diante de tais fatos, responda justificadamente: Lionel será processado no Brasil e de acordo com as leis processuais penais brasileiras? Qual princípio rege a lei processual penal brasileira em relação ao espaço?**

Lionel não será processado no Brasil e consequentemente seu processo não seguirá as leis processuais brasileiras, pois ele possui imunidade diplomática. Trata -se de uma das exceções previstas no art. 1° inciso I do CPP (tratados e convenções internacionais).

O princípio que rege a lei processual penal no espaço é o da territorialidade, que diz que em todos os processos em curso no território nacional será aplicado o código de processo penal (exceto próprias exceções previstas no CPP).

3. **No curso de determinado processo penal foi constatado que uma testemunha, considerada fundamental, arrolada pela defesa, estava residindo atualmente no Japão. Diante disso foi expedida carta rogatória para o referido país para que a testemunha fosse inquirida. De acordo com as informações responda justificadamente: A testemunha será inquirida de acordo com a legislação processual penal de qual país?**

A testemunha será inquirida de acordo com a lei processual penal do país em que o ato será realizado, neste caso o Japão. O princípio da territorialidade garante a aplicação da lei processual penal dentro do território nacional e não fora dele, neste caso deve ser respeitada a lei processual penal do país em que será realizado o ato.

4. **Caio, brasileiro residente em nova York, praticou tentativa de homicídio contra o Presidente do Brasil quando ele participava de um evento na referida cidade. Tempos depois Caio vem ao Brasil e é aqui é processado, porém, no momento do processo surge uma dúvida de qual legislação processual deveria ser aplicada, pelo fato de o crime ter sido cometido nos EUA. Diante de tais fatos responda: A legislação de qual país deve ser aplicada? No caso de ser necessário cumprir algum ato nos EUA com a inquirição de uma testemunha, qual legislação será seguida?**

A legislação a ser seguida será a do Brasil com base no princípio da territorialidade (em todo território nacional será utilizado código de processo penal, respeitadas exceções previstas nele mesmo).

No caso de ser necessária a realização de algum ato nos EUA a legislação a ser seguida será a daquele país, pois não há extraterritorialidade de leis processuais penais. Toda resposta também se baseia no Art. 1° do CPP.

Grande abraço e bons estudos!

Murillo Leal e Daniela Melo

Instagram: @profmurilloleal

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Devido Processo Legal

1) CESPE - 2018 - TJ-CE - Juiz Substituto

Acerca dos princípios penais constitucionais e dos direitos fundamentais do cidadão à luz da CF, julgue os itens a seguir.

I São princípios processuais penais expressos na CF a presunção de não culpabilidade, o devido processo legal e o direito do suspeito ou indiciado ao silêncio.

II O direito processual penal compreende o conjunto de normas jurídicas destinadas a regular o modo, os meios e os órgãos do Estado encarregados do exercício do jus puniendi.

III A CF determina que o Brasil se submeta à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, porém veda absolutamente a entrega de brasileiro naturalizado a jurisdição estrangeira.

IV De acordo com o princípio da irretroatividade da lei processual penal, a regra nova não pode retroagir, mesmo quando eventualmente beneficiar o réu.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Princípios do Direito Processual Penal. Provas. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos

2) CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2

Com relação à licitude de provas e a aspectos relativos a prisão, liberdade provisória e fiança, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo reunir provas para obter vantagens de uma colaboração premiada, Cláudio, partícipe, junto com Flávio, de organização criminosa, gravou conversas entre ambos, sem que este tivesse conhecimento das gravações.

Assertiva: Nessa situação, as gravações não poderão ser usadas como prova em ação penal, porque são provas ilícitas.

Princípios do Direito Processual Penal. Fontes do Direito Processual Penal.

3) CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2

Acerca dos princípios gerais, das fontes e da interpretação da lei processual penal, bem como dos sistemas de processo penal, julgue o item que se segue.

O Código de Processo Penal, a jurisprudência e os princípios gerais do direito são considerados fontes formais diretas do direito processual penal.

Princípios do Direito Processual Penal.

4) CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2

Acerca dos princípios gerais, das fontes e da interpretação da lei processual penal, bem como dos sistemas de processo penal, julgue o item que se segue.

A publicidade, a imparcialidade, o contraditório e a ampla defesa são características marcantes do sistema processual acusatório.

Princípios do Direito Processual Penal.

5) CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.
A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.

Princípios do Direito Processual Penal.

6) CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.

A despeito do princípio constitucional da vedação às provas ilícitas, o juiz poderá considerar uma prova ilícita em qualquer situação, desde que se convença de sua importância para a condenação do réu.

Princípios do Direito Processual Penal.

7) CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.

A garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos atende aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Princípios do Direito Processual Penal.

8) CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue o item a seguir.

Ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, em respeito ao princípio constitucional do juiz natural.

Princípios do Direito Processual Penal.

9) CESPE - 2018 - PC-MA - Escrivão de Polícia Civil

A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da

a) inexigibilidade de autoincriminação.
b) verdade real.
c) indisponibilidade.
d) oralidade.
e) cooperação processual.

Aplicação da Lei Penal Processual Penal. Lei Processual Penal no Espaço

10) CESPE - 2018 - STJ - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal

Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue o item subsequente.

O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas inclusas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

Aplicação da Lei Penal Processual Penal. Lei Processual Penal no Espaço

11) CESPE - 2018 - STJ - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal

Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue o item subsequente.

Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata somente aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência.

Aplicação da Lei Penal Processual Penal. Lei Processual Penal no Tempo. Lei Processual Penal no Espaço

12) CESPE - 2018 - PC-MA - Investigador de Polícia

Acerca da aplicação da lei processual no tempo e no espaço e em relação às pessoas, julgue os itens a seguir.

I O Brasil adota, no tocante à aplicação da lei processual penal no tempo, o sistema da unidade processual.

II Em caso de normas processuais materiais — mistas ou híbridas —, aplica-se a retroatividade da lei mais benéfica.

III Para o regular processamento judicial de governador de estado ou do Distrito Federal, é necessária a autorização da respectiva casa legislativa — assembleia legislativa ou câmara distrital.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

GABARITO

1.	A	9.	A
2.	ERRADO	10.	ERRADO
3.	ERRADO	11.	ERRADO
4.	CORRETO	12.	B
5.	ERRADO		
6.	ERRADO		
7.	CORRETO		
8.	CORRETO		

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.